

SUMÁRIO



Prefeitura de Indaiatuba - SP
Enfermeiro Da Família

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Denotação e conotação; significação das palavras	6
Figuras.....	14
Coesão e coerência.....	19
Tipologia e gênero textual	23
Emprego das classes de palavras.....	33
Sintaxe da oração e do período	44
Pontuação	52
Concordância verbal e nominal	56
Regência verbal e nominal	58
Estudo da crase.....	61
Semântica e estilística.....	62
Questões	63
Gabarito.....	80

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Princípio da Regressão ou Reversão.....	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	2
Lógica matemática qualitativa	8
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	12
Regra de três simples e compostas	15
Razões especiais	17
Análise combinatória e probabilidade.....	19
Progressões aritmética e geométrica.....	25
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.....	30
Geometria plana e espacial.....	36
Trigonometria	58
Conjuntos numéricos.....	62
Equações de 1º e 2º graus	82
Inequações de 1º e 2º graus	86
Funções de 1º e 2º graus	90

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Geometria analítica	96
Matrizes, determinantes e sistemas lineares	105
Polinômios	117
Questões	124
Gabarito	133

NOÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA E LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde (SUS) - princípios e diretrizes; Controle social; Portarias e Leis do SUS; Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Decreto Presidencial nº 7.508/2011	1
Indicadores de saúde	40
Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária	50
Endemias-epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento	53
Planejamento e programação local de saúde	55
Distritos sanitários	58
Enfoque estratégico	60
A busca da integralidade no cuidado à saúde	62
Abordagem às doenças crônicas não transmissíveis prevalentes na população brasileira na Atenção Primária à Saúde	64
Educação popular	66
Atenção Primária à Saúde	69
Políticas públicas de saúde	71
Pacto pela saúde	75
Resolução nº 453/2012 - Conselho Nacional da Saúde	78
Determinantes sociais da saúde	83
Sistemas de informação em saúde	85
Questões	90
Gabarito	97

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Indaiatuba/SP	1
Lei Complementar Municipal nº 45, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Indaiatuba	52
Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 2018, que reorganiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal e o Plano de Carreiras e Vencimentos da administração direta e indireta do Município	97

SUMÁRIO



Questões	111
Gabarito.....	115

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Deontologia; Bioética.....	1
Noções de saúde coletiva e epidemiologia	3
Nutrição e dietética em saúde	12
Semiologia e semiotécnica em enfermagem.....	14
Sistematização da assistência em enfermagem	17
Processo do cuidar em enfermagem.....	24
Clínica em todo o ciclo vital (recém-nascido, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso).....	26
Processo do cuidar em enfermagem cirúrgica em todo o ciclo vital (recém-nascido, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso).....	32
Processo do cuidar em enfermagem em doenças transmissíveis	38
Processo do cuidar em enfermagem em emergências e urgências	53
Processo do cuidar em enfermagem em saúde mental e psiquiatria	55
Administração e gerenciamento em saúde	76
Saúde da família e atendimento domiciliar.....	80
Biossegurança nas ações de enfermagem	85
Enfermagem em centro de material e esterilização	95
Programa Nacional de Imunização	107
Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem	115
Questões	131
Gabarito.....	139

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.

Multipliação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão ↔ a regressão é feita pela **multipliação**

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A } 1^{\circ} \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$\text{A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow -X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.



O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

— Princípios e Diretrizes do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

– **Universalidade:** Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

– **Integralidade:** A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

– **Equidade:** Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.



PREÂMBULO

NÓS, VEREADORES DESTA CASA DE LEIS, ELEITOS PARA QUADRIÊNIO 2005-2008, INVESTIDOS DA RESPONSABILIDADE E DEDICAÇÃO COM QUE EXERCEMOS NOSSOS MANDATOS E ATENTOS ÀS LEIS QUE REGEM NOSSO PAÍS E À CARTA MAGNA, TIVEMOS A HONRA DE ADEQUAR E INSERIR NOVAS REDAÇÕES QUE OBJETIVARAM A ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 001/2008

“Dispõe sobre a revisão da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba, e dá outras providências.”

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Município de Indaiatuba é uma unidade da Federação Brasileira e pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política administrativa e financeira, assegurada pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º A ação municipal deve desenvolver-se em todo o seu território, sem privilégio de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades setoriais e sociais, promovendo o bem estar geral, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 3º Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Federal.

Art. 4º A criação, organização e supressão de distritos dependerá de lei municipal, observada a legislação estadual e dependerá de consultas prévias às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.

Art. 5º O governo do Município é exercido pelos poderes Legislativo e Executivo.

Art. 6º Os poderes do Município são independentes e harmônicos entre si, sendo vedado, a qualquer um deles, delegar atribuições.

Art. 7º São símbolos do Município de Indaiatuba a Bandeira, o Brasão Municipal e o Hino Indaiatubano, definidos em lei municipal.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DAS VEDAÇÕES

Art. 8º Ao Município de Indaiatuba compete dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, privativamente, as seguintes atribuições:

I - elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos da Seção II do Capítulo II do Título VI da Constituição Federal;

II - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

III - elaborar o seu plano diretor na área urbana;

IV - promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, e fixação dos limites do perímetro urbano;

**IMPORTÂNCIA DA CONDUTA ÉTICA E PRINCÍPIOS BIOÉTICOS NO CUIDADO DE PACIENTES****► Conceito e função da deontologia**

A deontologia é o ramo da ética que trata dos deveres e das obrigações profissionais. Na enfermagem, ela é essencial para orientar o comportamento do profissional frente às situações do cotidiano, garantindo uma atuação pautada no respeito, na responsabilidade e no compromisso com a saúde e a dignidade humana.

Conceito de deontologia

A deontologia, do grego “deon” (dever) e “logos” (discurso), trata da moralidade das ações profissionais. Na enfermagem, representa o conjunto de normas que norteiam a conduta do enfermeiro com base na ética, regulando o que é considerado certo ou errado dentro do exercício profissional.

Código de ética profissional e sua relevância

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem é o documento que consolida os princípios deontológicos da profissão. Ele estabelece direitos, deveres, proibições e responsabilidades dos profissionais, sendo um instrumento fundamental para garantir a integridade nas ações, proteger o paciente e valorizar o exercício profissional.

Responsabilidade e deveres do enfermeiro

O enfermeiro é responsável por prestar assistência segura, respeitosa e livre de danos. Entre seus deveres está o compromisso com a vida, com o sigilo profissional, com a competência técnica e com o respeito à autonomia do paciente. A deontologia reforça o papel social do enfermeiro como agente ético.

► Fundamentos da bioética

A bioética é um campo interdisciplinar que estuda os dilemas morais surgidos a partir dos avanços da ciência e da prática em saúde. Na enfermagem, ela orienta a tomada de decisões em situações que envolvem conflitos entre valores, crenças e direitos humanos.

Princípios da beneficência

Este princípio orienta o profissional a agir sempre no melhor interesse do paciente, promovendo o bem-estar, aliviando o sofrimento e contribuindo para a melhoria da saúde. A beneficência exige uma postura ativa e responsável diante das necessidades do outro.

Princípios da não maleficência

A não maleficência determina que o profissional deve evitar causar dano ao paciente. Isso inclui tanto os danos físicos quanto os emocionais, sociais e espirituais. Exige a avaliação cuidadosa das intervenções e seus possíveis efeitos colaterais.

Princípios da autonomia

A autonomia refere-se ao direito do paciente de tomar decisões sobre sua própria vida e tratamento. O enfermeiro deve respeitar a vontade do paciente, fornecendo informações claras, apoiando suas escolhas e garantindo sua participação ativa no cuidado.